
E

DITORIAL

Uma das marcas de *Religião e Sociedade* é a sua abertura para o diálogo, o que inclui também um gosto pela confrontação de pontos de vista que volta e meia emerge em seus números. Ao reconhecer que tendências e enfoques diversos alimentam em permanência a temática da religião, queremos chamar atenção para o quanto este número especialmente deve a sua riqueza à pluralidade de aspectos, enfoques e perspectivas que oferece aos leitores.

Temos aqui, talvez, uma menor abrangência de crenças e/ou de identidades religiosas analisadas (principalmente se as olharmos do ponto de vista das enormes clivagens que distinguem as grandes “famílias” religiosas) em contraste com a diversidade de perspectivas por meio das quais certos grupos religiosos específicos foram abordados. Em dois sentidos. Um primeiro relativo a escolhas teóricas e metodológicas que deixaremos aos leitores apreciar o quanto é enriquecedor o acesso à sua multiplicidade. O segundo sentido diz respeito ao viés escolhido. Os artigos, com efeito, enfocaram diferentes fenômenos religiosos que só existem como material analítico pelo fato de terem sido produzidos valorizando certas conexões do religioso com a vida social. Não se trata, portanto, de “religião” sempre igual a si mesma, desdobrada através de seus aspectos constitutivos, mas de relações cujo produto “religioso” é de dupla face já que revela também a história de certas relações sociais, das formas como se forjaram certas instituições, associações e também como se constituíram certos sujeitos individuais e coletivos.

Neste número, temos, em primeiro lugar, cinco artigos que tratam, por vieses distintos, de dimensões religiosas associadas a modos de ação, a movimentos, a instituições e a associações “não-religiosas”, cujos produtos revelam dinâmicas

que entrelaçam aspectos religiosos na formação de territórios, de identidades, de sociabilidades, de instituições políticas e também educacionais.

A história da surdez como categoria identitária é analisada por César Augusto de Assis Silva como fortemente tributária de uma institucionalidade católica em uma história de longa duração. O autor demonstra o quanto a Igreja Católica tem sido fundamental para a construção da surdez como categoria social e de que forma os seus espaços institucionais estiveram na base da sociabilidade e da representação política associada à surdez como identidade linguística e cultural. Por um outro viés, as dificuldades da construção dos quilombos por aqueles que buscam responder aos critérios estabelecidos pelo Estado levou as autoras Liliana Porto, Carolina Kaiss e Ingeborg Cofré a se debruçarem sobre a reconstrução da memória em uma comunidade, cujos referenciais se alimentam de um campo católico popular, com raízes também proféticas, no interior do qual os membros da comunidade sacralizam o solo e se transformam em quilombolas. A análise de uma folia, no artigo de Luzimar Paulo Pereira, por sua vez, incita o leitor a se aproximar das relações que o sacrifício animal entretém com a estrutura social de uma comunidade e seus rituais festivos. A partilha do boi, a comensalidade, as relações hierárquicas e de gênero estão na base de um catolicismo que muitos pensavam já desaparecido. As disputas político-eleitorais no Rio de Janeiro vão ser analisadas por Pedro Heitor Barros Geraldo, que enfoca as estratégias empregadas por Marcelo Crivella para ganhar as eleições e que conformam as muitas facetas de sua construção identitária. O autor destaca de modo pertinente o quanto a diferenciação das esferas religiosa e política se mostra como uma premissa necessária para se compreender a presença religiosa evangélica nas disputas eleitorais. Já Pedro Simões encaminha o leitor às tensões que atravessam o campo da assistência religiosa entre *direitos* e *obrigações*. Analisa as concepções de juízes, defensores e promotores a respeito do direito de jovens, submetidos a medidas socioeducativas, à assistência religiosa. As concepções abordadas revelam o quanto se encontram embaralhados uma percepção da assistência religiosa como um dever educacional a ser obedecido pelos jovens com a percepção desta como um direito, a ser demandado segundo a filiação religiosa de cada um.

Todos esses textos podem, de uma forma ou de outra, dialogar e também serem confrontados entre si por meio de suas perspectivas e enfoques. Mas podem também ser postos em relação a outros textos deste número, que até agora não foram mencionados. Trata-se dos artigos reunidos na forma de um dossiê, intitulado *Controvérsias religiosas e esfera pública*, organizado por Cristina Pompa que introduz as temáticas nele tratadas. Assim, os textos de Paula Montero, Regina Novaes e Patricia Birman, originalmente apresentados na mesa-redonda do XXXV Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 2011, foram aqui reunidos sob o fio condutor elaborado por esta autora. A sua introdução incita

os leitores de forma instigante a uma reflexão sobre as transformações do religioso no Brasil e, principalmente, sobre a necessidade de se repensar os instrumentos analíticos utilizados pelos cientistas sociais neste campo. Gostaríamos de convidar os leitores a partilhar as controvérsias tratadas por este dossiê, lembrando aqui o quanto elas foram direta ou indiretamente inspiradas pelo grande cientista social que recentemente nos abandonou: Antonio Flávio Pierucci, a quem dedicamos este número de *Religião e Sociedade*.